



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALENTEJO

CP/3/2023 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE DIGITALIZAÇÃO 2D, 3D E FILME

CADERNO DE ENCARGOS



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	4
SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a – Contraente público.....	4
Cláusula 3. ^a – Prazo contratual	5
Cláusula 4. ^a – Local de execução dos serviços.....	5
Cláusula 5. ^a – Contrato	5
Cláusula 6. ^a – Preço base.....	6
Cláusula 7. ^a – Revisão de preços	7
Cláusula 8. ^a – Modificações ao contrato.....	7
Cláusula 9. ^a - Modificação Objetiva do Prazo Contratual	8
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	8
Cláusula 10. ^a – Obrigações do adjudicatário	8
Cláusula 11. ^a – Acesso e frequência das instalações pelo cocontratante	10
Cláusula 12. ^a – Regras de segurança	11
Cláusula 13. ^a – Obrigações do cocontratante.....	11
Cláusula 14. ^a – Preço Contratual e Condições de pagamento.....	11
Cláusula 15. ^a - Sigilo	12
Cláusula 16. ^a - Proteção de dados.....	13
Cláusula 17. ^a – Uso de sinais distintivos	13
Cláusula 18. ^a - Casos fortuitos ou de força maior.....	13
Cláusula 19. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	15
Cláusula 20. ^a - Gestor do Contrato	15
SECÇÃO III PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	15
Cláusula 21. ^a - Resolução do contrato pelo contraente público	15
Cláusula 22. ^a – Cessão da posição contratual por incumprimento.....	17
Cláusula 23. ^a - Sanções pecuniárias.....	17
Cláusula 24. ^a - Resolução do contrato pelo cocontratante	18
SECÇÃO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....	19
Cláusula 25. ^a - Comunicações e notificações	19
Cláusula 26. ^a - Contagem dos prazos	19
Cláusula 27. ^a - Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial.....	20
Cláusula 28. ^a - Foro competente	20
Cláusula 29. ^a - Legislação aplicável	20

PARTE II – Cláusulas Técnicas	21
Cláusula 30. ^a – Enquadramento e objetivos.....	21
Cláusula 31. ^a – Descrição do objeto	22
Cláusula 32. ^a – Tecnologias a utilizar.....	22
Cláusula 33. ^a – Características técnicas específicas - Lote 1	23
Cláusula 34. ^a – Características técnicas específicas - Lote 2.....	26
Cláusula 35. ^a – Equipa.....	27
Cláusula 36. ^a – Prazos de execução.....	28
Cláusula 37. ^a – Coordenação do projeto.....	30
Cláusula 38. ^a – Conformidade e operacionalidade	30
Cláusula 39. ^a – Prestação do Serviço e Entrega dos bens objeto do contrato	30
Cláusula 40. ^a – Testes.....	31
Cláusula 41. ^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	31
Cláusula 42. ^a – Aceitação	32
Cláusula 43. ^a – Transferência de propriedade.....	32
Cláusula 44. ^a – Garantia	32

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

SECÇÃO I | DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato que tem por objeto a *Aquisição de Serviços de Produção e Fornecimento de Digitalização 2D, 3D e Filme*, para a Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC-Alentejo), em conformidade com as Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, prevendo o mesmo a adjudicação dos seguintes lotes:
 - a. Lote 1 – Registos 2D e 3D;
 - b. Lote 2 – Filme.
2. O objeto compreende os seguintes CPV (Regulamento (CE) n.º 213/2008 de 28 de novembro de 2007):
 - a. CPV- 79961300-1 Serviços de fotografia especializada;
 - b. CPV 71355100-2 Serviços de fotogrametria
 - c. CPV - 92111250-9 Produção de filmes informativos.

Cláusula 2.^a – Contraente público

O contraente público é o Estado Português através da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRC-Alentejo) com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 600031985, com sede na Rua de Burgos n.º 5, 7000-863 Évora, Portugal, com e o endereço de correio eletrónico info@cultura-alentejo.gov.pt.

Cláusula 3.^a – Prazo contratual

1. Os contratos a celebrar mantêm-se em vigor pelo período previsto nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos, contados desde a sua celebração, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e garantia.
2. Os prazos parciais de execução dos serviços encontram-se discriminados nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.
3. No caso de se verificarem atrasos injustificados que sejam imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução, não prejudicando esta premissa a possibilidade de aplicação de sanções contratuais.
4. Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos, não imputável ao adjudicatário, considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos, por período igual ao da suspensão verificada.
5. Não serão atribuídos prémios por cumprimento antecipado ao adjudicatário.

Cláusula 4.^a – Local de execução dos serviços

1. Os serviços objeto do contrato serão prestados nas instalações do adjudicatário, sem prejuízo de todas as prestações que tenham de ser executadas presencialmente, em trabalho de campo, de acordo com as exigências próprias do objeto.
2. As reuniões de acompanhamento do projeto ocorrerão quinzenalmente, sendo as reuniões presenciais e obrigatoriamente efetuadas nas instalações da Direção Regional de Cultura do Alentejo, em Évora.
3. O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade da entidade adjudicante optar pela realização de reuniões através de meios telemáticos, mediante comunicação prévia ao adjudicatário.

Cláusula 5.^a – Contrato

1. O contrato é composto pelo clausulado contratual e respetivos anexos.

2. Fazem parte integrante do contrato a celebrar:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2. da presente Cláusula e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 6.ª – Preço base

1. Pelo fornecimento dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a DRC-Alentejo pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base global do presente procedimento é de 292.000,00€ (duzentos e noventa e dois mil euros) a que acresce IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço base do procedimento é composto pelos preços máximos de cada um dos lotes, nomeadamente:
 - a. Lote 1 – 280.000,00€ (duzentos e oitenta mil euros);
 - b. Lote 2 – 12.000,00€ (doze mil euros).

4. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade, nos termos da proposta, não esteja expressamente atribuída à DRC-Alentejo.
5. A fundamentação do preço base do procedimento em causa (e estimativa do valor do contrato) a identificar obrigatoriamente no Caderno de Encargos, foi realizada com base numa consulta preliminar ao mercado, executada nos termos do artigo 35.º-A do CCP.
6. O preço referido anteriormente inclui todos os custos, encargos e despesas, necessárias à execução contratual, designadamente despesas com deslocações, estadias, despesas de alimentação e seguro de acidentes de trabalho.

Cláusula 7.ª – Revisão de preços

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula 8.ª – Modificações ao contrato

1. As modificações ao contrato estão sujeitas ao regime previsto no Código dos Contratos Públicos.
2. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data de publicação da mesma no Portal dos Contratos Públicos.
3. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
4. O contrato pode ser alterado por:
 - a. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b. Decisão judicial ou arbitral;
 - c. Razões de interesse público.
5. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 9.^a - Modificação Objetiva do Prazo Contratual

1. Sem prejuízo de outras situações previstas na legislação vigente, mediante acordo entre as partes, na circunstância de se verificar a impossibilidade de executar a digitalização de todos os registos previstos para os anos civis de 2023 e 2024, em conformidade com a Cláusula “Prazos de Execução” do presente Caderno de Encargos, o contrato poderá ser modificado de modo prever a extensão do prazo de execução de até 25% do número total de registos, até 30 de março do ano subsequente.
2. A modificação contratual prevista no número anterior será solicitada pelo cocontratante, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes do findar dos prazos parciais, não sendo aplicável tal prerrogativa no último ano de vigência do contrato.
3. A modificação carece de expressa concordância do contraente público, que terá um prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar, equivalendo o seu silêncio à rejeição do pedido de modificação contratual.
4. A eficácia da modificação referida nos números anteriores depende da sua prévia redução a escrito e publicação no Portal dos Contratos Públicos.
5. A modificação contratual não pode traduzir-se na alteração da natureza global do mesmo, considerando as prestações principais que constituem o seu objeto.

SECÇÃO II | OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 10.^a – Obrigações do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

- a. Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
- b. Fornecer os bens e serviços nos termos contratualmente previstos;
- c. Preparar, planear e coordenar todos os trabalhos, ainda que em caso de subcontratação, bem como por preparar, planear e executar os trabalhos necessários à produção e fornecimento dos bens, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes;
- d. Demonstrar, a transmissão, à DRC-Alentejo e a quem a DRC-Alentejo designar, de todas as configurações;
- e. A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização e produção dos bens e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao cocontratante.
- f. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, possuindo as competências técnicas comprovadas e necessárias ao cumprimento do trabalho que se propõem executar, com provas de experiência prévia no âmbito do património e com as diversas tecnologias a utilizar, nomeadamente em trabalhos de trabalhos de fotografia profissional, digitalização 3D por fotogrametria digital, digitalização 3D por varrimento laser, modelação 3D, realização de Filmes;
- g. Possuir todos os seguros necessários e obrigatórios para fornecimento objeto deste caderno de encargos, sendo da sua responsabilidade a cobertura de todos os riscos, através de contratos de seguro e podendo o contraente público sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo estabelecido;
- h. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, a entidade adjudicante, facto que torne total ou parcialmente impossível à prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;

- i. Solicitar os esclarecimentos que sejam necessários à boa interpretação de aspetos do Caderno de Encargos, até 5 (cinco) dias, depois de lhe ser exigível conhecimento dos mesmos, e desde que não fossem passíveis de deteção durante a fase de formação do contrato, sob pena de ser responsável por todas as consequências da sua errada interpretação.
- j. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- k. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- l. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- m. Cumprir com todas as normas legais aplicadas ao setor, em matéria de legislação laboral.

Cláusula 11.^a – Acesso e frequência das instalações pelo cocontratante

- 1. O acesso às instalações da entidade adjudicante e às instalações do Museu Rainha D. Leonor deve ser efetuado em dias úteis, no horário normal de funcionamento, designadamente: das 09h00 às 12h30; das 14h00 às 17h30.
- 2. Qualquer acesso fora dos horários mencionados carece de autorização expressa da DRC-Alentejo/Museu Rainha D. Leonor, pedida com um mínimo de antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, devendo todos os encargos ser suportados pelo cocontratante.
- 3. Os elementos da equipa afeta à execução contratual devem-se encontrar credenciados e sempre que solicitado devem comprovar a sua identidade.
- 4. Devem ser respeitadas todas as regras de segurança aplicáveis a cada local.

5. A violação de uma das cláusulas contratuais pode acarretar a aplicação de sanções contratuais, nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 12.^a – Regras de segurança

1. A captação de imagens, manipulação ou acesso a qualquer obra de arte deve ser acompanhada por um representante da DRC-Alentejo, não podendo qualquer elemento do espólio museológico ser deslocado sem expresse consentimento do contraente público.
2. A equipa afeta à execução contratual só se pode deslocar pelo espaço estritamente necessário à execução contratual.

Cláusula 13.^a – Obrigações do cocontratante

Para além das obrigações previstas no caderno de encargos, constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a. Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo cocontratante;
- b. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias nos termos do artigo 299.º, n.º 4, do CCP, após a apresentação da respetiva fatura.

Cláusula 14.^a – Preço Contratual e Condições de pagamento

2. Pela prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. A faturação será emitida:
 - a. aquando do fecho do trimestre para todos os trabalhos realizados, e demonstrados através de auto de aceitação, que não consubstanciem a totalidade dos registos por tipologia (ex: *Ourivesaria*, *Escudela*, etc.) prevista na Cláusula 32.^a do presente Caderno de Encargos;

- b. aquando da conclusão da totalidade de uma tipologia de registos se tal ocorrer antes do fecho do trimestre.
- 4. A fatura deverá discriminar devidamente os serviços prestados e ser apresentada com uma antecedência de 60 (sessenta) dias em relação à data do respetivo vencimento.
- 5. O pagamento referido no número 1 (um) será efetuado posteriormente ao vencimento da obrigação do adjudicatário, carecendo de validação técnica pela DRC-Alentejo.
- 6. O preço referido no número 1 (um) inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, despesas de aquisição, transporte, armazenamento, alojamento, alimentação e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 7. Em caso de discordância, por parte da DRC-Alentejo, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 8. Desde que devidamente emitidas, as faturas/recibos são pagas através de transferência bancária para o IBAN que o adjudicatário indicar para o efeito.

Cláusula 15.^a - Sigilo

- 1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à DRC-Alentejo, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente

obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido das autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16.^a - Proteção de dados

1. O fornecimento dos serviços, realizado no âmbito do presente procedimento, pelo cocontratante e respetivos empregados ou colaboradores, independentemente do vínculo contratual que possuam com o mesmo, encontram-se sujeitos à aplicação da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto (Lei da Proteção de Dados Pessoais).
2. O cocontratante deve assegurar que todos os intervenientes no fornecimento dos serviços, tenham conhecimento da legislação e regulamentação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, e da legislação portuguesa em vigor, pelo menos nos seus princípios gerais e relativamente aos preceitos que afetam o seu trabalho.
3. O cocontratante terá de garantir o sigilo quanto às informações que os seus técnicos e entidades/pessoas subcontratadas, venham a ter conhecimento, relacionadas com os trabalhos executados (seja ela informação facultada pela DRC-Alentejo, ou informação resultante do trabalho realizado), estas não poderão ser utilizadas para nenhum outro fim.

Cláusula 17.^a – Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 18.^a - Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização,

alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da possibilidade de cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante nos termos previstos no presente Caderno de Encargos e no art.º 318.º-A do CCP.
2. Em caso de subcontratação, o cocontratante mantém-se integralmente responsável pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações objeto do contrato.

Cláusula 20.^a - Gestor do Contrato

Conforme definido no art.º 290.º-A do Código dos Contratos Públicos a entidade adjudicante nomeia um Gestor do Contrato, cabendo-lhe a adoção das medidas necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, salvo em matéria de modificação e cessação do contrato.

SECÇÃO III | PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 21.^a - Resolução do contrato pelo contraente público

1. O incumprimento dos deveres resultantes do contrato, confere ao Contraente Público, nos termos gerais de direito, o direito de resolução contratual.

2. Sem prejuízo do disposto no Código dos Contratos Públicos, conferem à DRC-Alentejo o direito de resolução do contrato, designadamente:
 - a. A deficiência ou insuficiente qualidade dos serviços prestados;
 - b. Atraso, total ou parcial, na entrega do bem e na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 1 (um) mês ou declaração escrita do cocontratante de que a atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - c. Não resolução das não conformidades, defeitos ou discrepâncias reveladas através dos testes de aceitação, ou continuação da inoperacionalidade do bem objeto do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias após o prazo determinado pela DRC-Alentejo mencionado no número 2 da mesma cláusula;
 - d. Grave incumprimento das obrigações assumidas no contrato bem como em todas as peças procedimentais que dele fazem parte integrante;
 - e. Prestação incompleta por facto imputável ao adjudicatário;
 - f. A apresentação à insolvência do adjudicatário ou a declaração da mesma insolvência pelo tribunal, nos termos do artigo 333.º, n.º 1, al. h) do Código dos Contratos Públicos;
 - g. A quebra de sigilo a que o adjudicatário está sujeito;
 - h. A inobservância das regras de segurança e às autorizações necessárias para o acesso aos espaços e ao acervo museológico;
 - i. Qualquer outra infração de acentuada gravidade ao estabelecido no contrato, de acordo com o previsto na legislação aplicável.
3. O direito de resolução pelo contraente público exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

4. A decisão da resolução carece de fundamentação nos termos da lei geral, devendo constar das notificações e providências adotadas para se obter do cocontratante o cumprimento do contrato e a justificação para o seu incumprimento.
5. A resolução do contrato com base na presente cláusula não dará lugar a qualquer indemnização por parte da DRC-Alentejo, independentemente de demais ações previstas na lei e de outros procedimentos que a DRC-Alentejo julgue dever adotar.
6. O disposto no número anterior não prejudicará o pagamento dos serviços e fornecimentos já prestados em conformidade com as condições contratuais definidas.

Cláusula 22.^a – Cessão da posição contratual por incumprimento

Em caso de incumprimento pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, e mediante ato do contraente público para o efeito, o cocontratante cederá a sua posição contratual nos termos do art.º 318.º-A do CCP.

Cláusula 23.^a - Sanções pecuniárias

1. Sem prejuízo da responsabilidade sobre danos excedentes e/ou causados a terceiros, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato de prestação de serviços, a entidade adjudicante, pode exigir o pagamento de sanção pecuniária, designadamente, pelo incumprimento da prestação do serviço, podendo exigir uma sanção pecuniária de 10% do preço contratual.
2. Sem prejuízo da aplicação de sanções pecuniárias pelo incumprimento de qualquer outra obrigação contratual, a Entidade Adjudicante reserva-se o direito de aplicar uma sanção pecuniária de 1,5% do preço contratual acumulado dos itens em falta, por cada dia de atraso na entrega dos mesmos, relativamente à data estabelecida contratualmente, ou estabelecida em reunião de acompanhamento do projeto.
3. O estabelecido no número anterior será igualmente aplicável no caso de modificação objetiva do prazo contratual, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, em caso de incumprimento dos

novos prazos estabelecidos, bem como para todas as prestações não incluídas na referida modificação, designadamente por excederem o limite previsto.

4. O incumprimento relativo às regras de acesso, captação de imagens e circulação nos espaços da entidade adjudicante onde decorrerá a execução contratual, por parte da equipa do cocontratante, dará lugar a uma sanção pecuniária até 20% do preço contratual global, sendo apurada em função da imputabilidade, reiteração e grau de culpa, e podendo igualmente resultar na resolução sancionatória do contrato.
5. Em caso de incumprimento reiterado do definido no número anterior, quando o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual, a entidade adjudicante, pode determinar a resolução do contrato, podendo aplicar uma sanção pecuniária até ao limite de 30% do referido preço, caso opte por não resolver o contrato.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
7. A entidade adjudicante, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo da presente contratação com as sanções pecuniárias previstas nos termos do presente artigo.
8. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante, exija ao cocontratante uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 24.^a - Resolução do contrato pelo cocontratante

1. O cocontratante poderá resolver o contrato nas situações previstas no n.º 1 do artigo 332.º, do CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO IV | DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.^a - Comunicações e notificações

1. As notificações entre as partes devem ser efetuadas com suficiente clareza, de modo que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente caderno de encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a. Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b. Por carta registada com aviso de receção para a sede das partes.
3. Qualquer comunicação ou notificação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data de depósito indicada pelos serviços postais, considerando-se qualquer comunicação ou notificação feita por correio eletrónico recebida na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a - Contagem dos prazos

A contagem dos prazos no âmbito da execução do contrato é efetuada nos termos do artigo 471º do CCP, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.^a - Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento contratual, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 28.^a - Foro competente

Para a resolução de todas as questões emergentes deste contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29.^a - Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto nos documentos do procedimento, aplica-se o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 30.^a – Enquadramento e objetivos

1. Através do contrato a celebrar pretende-se realizar a digitalização do acervo do Museu Rainha D. Leonor em 2D (Lote 1), 3D (Lote 1) e a produção de um filme (Lote 2).
2. Os objetivos a atingir serão os seguintes:
 - a. desenvolver um processo intensivo de digitalização do acervo do Museu Rainha D. Leonor em tecnologia 2D, de modo a fazer o registo visual do maior número possível de peças, atendendo à sua relevância patrimonial, permitindo a correta disponibilização do acervo por intermédio do sistema de gestão de coleções, para fins de pesquisa, investigação e estudo de coleções. Este processo permitirá incrementar a qualidade das fichas de inventário, disponibilizando imagens de grande qualidade funcional e estética que irão valorizar a compreensão e inteligibilidade do acervo. Estes registos permitirão ao Museu a criação de um banco de imagens de elevada qualidade que possa ser usado em futuros catálogos, exposições temporárias, divulgação unitária de peças (redes sociais e websites, ações dos serviços educativos, peças do mês, entre outras) e cedência (gratuita ou venda) de imagens a entidades terceiras (empresas, investigadores, imprensa, docentes...).
 - b. desenvolver um processo de digitalização do acervo do Museu Rainha D. Leonor em 3D, de modo a fazer o registo integral de peças de elevada relevância patrimonial, para disponibilização em contexto de visita física (por intermédio de QR Codes ou qualquer outra tecnologia que permita complementar a informação disponibilizada nos percursos expositivos), em contexto de salas virtuais de exposição, projetos educativos e de mediação cultural específicos, visitas virtuais, ações de divulgação de peças (redes sociais e websites, ações dos serviços educativos, peças do mês, entre outras) e fichas de inventário (se e quando os sistemas de inventário permitirem a sua inclusão). Este processo irá permitir criar objetos virtuais manipuláveis, de alta qualidade, que servirão fins diversos em termos de acesso

público a coleções, investigação e mediação de conhecimento, valorizando a compreensão, interatividade e inteligibilidade do acervo.

- c. produzir um registo audiovisual de património imaterial do Museu Rainha Dona Leonor. O conteúdo audiovisual previsto no Lote 2 será um instrumento de divulgação da história do Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição e da vida das religiosas que o habitaram. Este registo assume particular importância quer no contexto do desenvolvimento do novo projeto museográfico do Museu, quer na visita virtual que se pretende desenvolver.

Cláusula 31.^a – Descrição do objeto

Os contratos a celebrar visam a aquisição de serviços para a produção e fornecimento de digitalização 2D, 3D e filme, incluindo as seguintes prestações, divididas por 2 (dois) lotes distintos:

<u>Lote</u>	<u>N.º de Registos</u>	<u>Tipo de Registo</u>	<u>Local</u>
1	1839	2D	Museu Rainha D. Leonor, Beja
	160	3D	Museu Rainha D. Leonor, Beja
2	1	Filme	Museu Rainha D. Leonor, Beja, Beja

Cláusula 32.^a – Tecnologias a utilizar

No âmbito da execução dos contratos deverão ser observadas as seguintes disposições:

<u>Lote</u>	<u>Tipologia</u>	<u>Requisitos</u>
1	2D	Fotografia: 600 DPI no tamanho real da peça, quando Património Móvel, ou uma resolução nativa mínima de 40 megapixel, full- frame, quando Património Cultural Imóvel; O ficheiro deverá ser entregue em .RWA, .JPEG e .TIF

	3D	Deve incluir 3 fases: processamento, pós- processamento, e difusão.
2	Audiovisual	Os ficheiros áudio deverão ser entregues em formato WAV, com 44.1 kHz em stereo com 16-bit e 10 MB por minuto. Os vídeos deverão ser ProRes 442 HQ, com 10-bit pixel, entregues em H.264 e mp4.

Cláusula 33.^a – Características técnicas específicas - Lote 1

Enquadramento:

O Lote 1 consiste na execução de registos 2D e 3D devendo os serviços atender às características da presente cláusula.

Objeto:

O presente lote tem como objeto a aquisição de serviços de reprodução fotográfica de alta resolução e de alta qualidade, de peças de património móvel, divididas pelas tipologias de acervo e instituições museológicas abaixo descritas.

Fornecimento dos Registos 2D

Deverão ser realizados **1839 registos 2D** de peças do acervo do Museu Rainha Dona Leonor, em Beja, cumprindo as seguintes condições:

- a fotografia deverá ser realizada no local indicado pelo Museu Rainha D. Leonor, cumprindo as condições a referir pelo mesmo;
- as condições de segurança da obra deverão ser salvaguardadas, para isso devendo ser respeitadas indicações como:
 - a) o tipo de luz a que a obra pode estar sujeita;
 - b) a temperatura a que a obra pode estar sujeita;

- quando necessário, a remoção da caixilharia da obra terá de ser efetuada por profissionais capacitados para o efeito e designados ou aprovados pela entidade adjudicante;
- a fotografia deverá respeitar a proporção original da peça, não podendo, em momento algum, ter distorção de perspetivas ou formas;
- a fotografia deverá respeitar totalmente as cores da peça;
- a fotografia deverá ter, pelo menos, 600 DPIs no tamanho real da peça, quando Património Cultural Móvel, ou uma resolução nativa mínima de 40 megapixel, full-frame, quando se tratar de Património Cultural Imóvel;
- o ficheiro deverá ser entregue em .RAW, .JPEG e .TIF;
- Deverão ser considerados os seguintes metadados:
 - **Genéricos:** Denominação; Museu/Proveniência; N° de Inventário; Supercategoria; Categoria; Datação; Matéria; Técnica; Suporte (quando aplicável); Autor (quando aplicável).
 - **Específicos:** Características do Equipamento de Registo; Dimensão digital (em Mb); Resolução (em píxeis); Dimensões analógicas (métricas); Formato de Imagem; Autor do Registo; Direitos.

Fornecimento dos Registos 3D

O Lote 1 integra no seu objeto a prestação de serviços de reprodução tridimensional de 160 (cento e sessenta) peças de património móvel do Museu Rainha Dona Leonor.

Deverão ser consideradas as seguintes Técnicas:

- Fotogrametria Digital
- Laser Scanner
- Modelação 3D

O registo 3D de cada peça deverá incluir:

1. Processamento

- a. Levantamento;
 - b. Processamento de malha texturizada em software dedicado;
 - c. Exportação de modelo em 3 (três) formatos distintos (.stl - .obj - .fbx);
 - d. Exportação de textura em 3 (três) formatos distintos (.jpg - .png - .tif).
2. Pós-processamento
- a. Correção da malha 3D;
 - b. Criação de malha otimizada, com um máximo de 100,000 polígonos;
 - c. Reprojeção de texturas (Color, Normals, Ambient Occlusion e Roughness);
 - d. Correção de texturas reprojatadas;
 - e. Exportação de modelo otimizado em 3 (três) formatos distintos (.stl - .obj - .fbx);
 - f. Exportação das texturas reprojatadas em 3 (três) formatos distintos (.jpg - .png - .tif).
3. Difusão
- a. Carregamento do modelo em plataforma de difusão;
 - b. Preparação do elemento na envoltória do difusor;
 - c. Disponibilização do elemento patrimonial.

Deverão ser considerados os seguintes metadados:

- **Genéricos:** Denominação; Museu/Proveniência/Local; Nº de Inventário; Supercategoria; Categoria; Datação; Matéria; Técnica; Autor (quando aplicável).
- **Específicos:** Nome do Software Fotogramétrico e/ou Software de Modelação; Licenças dos Softwares (se aplicável); Técnica de Captura de Dados (se aplicável); Data da Captura de Dados (se aplicável); Data de Conclusão do Registo; Características do Equipamento de Captura de Dados (se aplicável); Tempo Total de Processamento Fotogramétrico (se aplicável); Dimensões Digitais (em polígonos); Dimensões Analógicas (métricas); Número de Texturas; Número de Materiais; Formato de Malha 3D; Formato de Imagem de Texturas; Modelo Otimizado? S/N; Autor da Digitalização; Direitos.

Cláusula 34.^a – Características técnicas específicas - Lote 2

O Lote 2 consiste na execução de um filme relativo ao Património Cultural Imaterial (PCI) associado ao Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, hoje, sede do Museu Rainha D. Leonor.

Enquadramento:

A música integrava a prática litúrgica no Convento da Conceição e a vida das religiosas que o habitaram, do séc. XVI até ao final do séc. XIX.

O Antifonário, bem como outros livros do Convento, foram estudados pelo Padre António Cartageno, um dos mais importantes compositores de música litúrgica da atualidade e Diretor do Coro do Carmo de Beja. O Padre Cartageno transcreveu as músicas com notação moderna para serem cantadas pelo referido Coro sob a sua direção, e tem vindo a gravá-las com o objetivo de as divulgar de forma mais ampla.

O presente vídeo constituirá um documento de divulgação deste quase desconhecido património imaterial intrinsecamente ligado ao monumento e à sua arquitetura religiosa de assinalável qualidade artística.

Objeto:

O Lote 2 consiste na execução de 2 (dois) filmes, com as características que se seguem.

1. Execução de filme com duração estimada de 5 (cinco) a 8 (oito) minutos, composta pelas seguintes etapas:
 - A - Elaboração de guião em conjunto com a direção do Museu Rainha D. Leonor;
 - B - Captação de imagem e som de instalações do Museu (interior e envolvente), atuação do Coro do Carmo a cantar músicas do Convento, pequena entrevista ao Padre Cartageno
 - C - Edição de imagem e som
 - D - Genéricos simples de início e fim
 - E - Correção de cor e grafismo/oráculos.
 - F - Sonoplastia e sonorização (música gravada com o Coro)
 - G - Legendagem nos idiomas EN, ES, PT, LGP.
2. Execução de uma versão curta do filme com cerca de 1 (um) minuto e meio.

3. Todas as etapas devem ser devidamente validadas pelo contraente público e aprovadas antes da realização da etapa seguinte.

O adjudicatário deve proceder à entrega de todos os materiais registados (masters) e vídeo final que resultará da pós-produção numa versão para o website (tempo a definir em conformidade com a qualidade do material recolhido).

A gravação original de áudio e vídeo deverá responder rigorosamente ao registo do Património Imaterial. Para tanto, o guião deverá ser elaborado pela entidade adjudicatária e validado tecnicamente pela entidade adjudicante.

Para o registo áudio, deverão ser aferidas questões como o ambiente de gravação, que deverá ser feita em estúdio ou em ambiente real de acordo com as especificações definidas no guião, validadas tecnicamente coma entidade adjudicante.

Entregáveis:

- para ambas as versões:
 - Master Quicktime HD 1080p Prores4444 (ou DNxHR) c/ audio stereo PCM 48KHz 24bit, armazenado em disco rígido de 3.5";
 - Quicktime H264 HD 1080p com bitrate de 20Mbps e audio AAC 48KHz a 320Kbit/s.
- somente para a versão mais longa, 3 x Blu Ray (s/authoring) com legendagem opcional e ficheiro iso para futura replicação.

Cláusula 35.^a – Equipa

1. A equipa a afetar deverá ter, no mínimo, as seguintes características:
 - a. Lote 1:

- i. 1 responsável, com experiência mínima de 7 (sete) anos em projetos similares, na área da cultura, que envolva a digitalização 2D e 3D de acervo museológico, em território nacional ou internacional;
 - ii. Elementos de equipa técnica a alocar à execução que evidenciem experiência de pelo menos 5 (cinco) anos em Trabalhos de fotografia profissional, Digitalização 3D por fotogrametria digital, Digitalização 3D por varrimento laser e Modelação 3D, bem como domínio das tecnologias e formatos enunciados;
 - b. Lote 2:
 - i. 1 (um) responsável com experiência mínima de 7 (sete) anos em projetos similares, que envolva a realização de filmes sobre património cultural, em território nacional ou internacional;
 - ii. Elementos de equipa técnica a alocar à execução que evidenciem experiência de pelo menos 5 (cinco) anos em trabalhos de elaboração de guião, captação e edição de imagem e som, sonoplastia, sonorização e legendagem de suportes audiovisuais com as mesmas características técnicas, bem como domínio das tecnologias e formatos enunciados.
2. Mediante o cumprimento do requisito mínimo em termos de anos de experiência, a equipa poderá ser constituída pelo número de elementos que o cocontratante julgue necessários para o cumprimento exato e pontual do objeto contratual, admitindo-se a cobertura de diferentes competências por elementos distintos da equipa.

Cláusula 36.^a – Prazos de execução

1. Os contratos a celebrar, compreendem os seguintes prazos de execução:
 - a) Lote 1 – desde a celebração do contrato até 31 de dezembro de 2025;
 - b) Lote 2 – 12 (doze) meses contados desde a celebração do contrato.
2. O resultado dos serviços prestados ao abrigo do Lote 1 deve ser entregue à entidade contratante até 31 de outubro de cada ano civil, para efeitos de verificação de conformidade e operacionalidade.
3. Excecionam-se do número anterior os serviços prestados no primeiro ano de vigência contratual, caso o contrato seja celebrado após o dia 31 de outubro desse ano.

4. Os contratos extinguem-se mediante o cumprimento integral, resolução ou revogação, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, não podendo em todo o caso vigorar além de 31 de dezembro de 2025.
5. O cronograma de entrega do registo de peças, por tipologia, será o seguinte:

Lote 1					
Tipologia	Registos	2023	2024	2025	Totais
2D	Ourivesaria	0	269	185	454
	Moedas Época Romana	250	831	289	1370
	Arqueologia Romana	0	0	9	9
	Escudela	0	0	6	6
Subtotal		250	1100	489	1839

Tipologia	Registos	2023	2024	2025	Totais
3D	Escudela	0	1	0	1
	Escultura romana e epigrafia	0	40	0	40
	Estelas (I. Bronze e I. Ferro)	0	20	0	20
	Artefactos Arqueológicos	0	0	20	20
	Ourivesaria	0	0	10	10
	Coleção Núcleo Visigótico	0	69	0	69
Subtotal		0	130	30	160
Total 2D e 3D		250	1230	519	1999

Lote 2					
Tipologia	Registos	2023	2024	2025	Totais
Filme	Filme PCI	0	1	0	1

Cláusula 37.^a – Coordenação do projeto

1. Até 10 (dez) dias após a celebração do contrato, realizar-se-á uma reunião de início do projeto, convocada pela entidade adjudicante, onde serão definidas equipas de projeto de ambas as partes que efetuarão, com periodicidade quinzenal, reuniões de coordenação do mesmo.
2. As reuniões serão presenciais e realizadas nas instalações da entidade adjudicante, sempre que a mesma assim o definir, devendo participar sempre o responsável de equipa do cocontratante.
3. Das reuniões de coordenação do projeto deverá ser lavrada ata, assinada pelas partes, devendo da mesma constar a ordem de trabalhos, decisões tomadas no âmbito da execução do projeto, bem como a calendarização de trabalhos definida.
4. Todos os custos de deslocação e estadia estarão a cargo do cocontratante.

Cláusula 38.^a – Conformidade e operacionalidade

1. O cocontratante obriga-se a entregar ao contraente público o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante.
2. O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário para a sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O cocontratante é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que exista no momento em que o bem é entregue.
5. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação, o cocontratante fica obrigado a cumprir o estipulado no artigo 444º do CCP.

Cláusula 39.^a – Prestação do Serviço e Entrega dos bens objeto do contrato

1. O bem objeto do contrato deve ser entregue na sede da DRC-Alentejo, Rua de Burgos, 5, Évora ou nos locais onde a DRC-Alentejo indicar. A prestação do serviço ocorre nas instalações do Museu Rainha D. Leonor.

2. O cocontratante, caso se aplique, obriga-se a disponibilizar todos os documentos, em papel e em formato eletrónico, em língua portuguesa, com exceção da documentação técnica que poderá ser em língua inglesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização, configuração e funcionamento.
3. A entrega do bem obedecerá, ainda, ao estipulado no artigo 443º do CCP.

Cláusula 40.^a – Testes

1. Efetuada a entrega do bem e a sua instalação, o adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias seguidos procede à verificação da adequação dos bens e serviços prestados face às obrigações definidas no presente Caderno de Encargos.
2. A verificação mencionada no nº1 será aferida através da realização de testes, executados pelo cocontratante, de acordo com o plano aprovado pela DRC-Alentejo, com vista a verificar se corresponde ao estabelecido nas especificações técnicas do Caderno de Encargos e se reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais nele definidos, bem como na proposta adjudicada, e outros requisitos exigidos na lei.
3. Durante a fase de realização dos testes, o cocontratante deve prestar à DRC-Alentejo toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do cocontratante.
5. O adjudicatário obriga-se à criação de um plano de testes que servirá para a aceitação do objeto deste contrato. Este plano de testes deverá ser previamente validado pela entidade adjudicante.
6. O adjudicatário deverá garantir o suporte a todas as atividades realizadas descritas, até a aceitação ou rejeição do bem/serviço.

Cláusula 41.^a – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a DRC-Alentejo, deve disso informar, por escrito, o cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo de 2 (duas) semanas às reparações, substituições ou serviços necessários para garantir a operacionalidade do bem

e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização das reparações, substituições ou serviços necessários pelo cocontratante, no prazo respetivo, proceder-se-á à realização de novos testes de aceitação, nos termos do artigo anterior.

Cláusula 42.^a – Aceitação

Caso os testes de aceitação comprovem a total operacionalidade do bem e dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos neste Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar do final dos testes, uma declaração de aceitação pela DRC-Alentejo.

Cláusula 43.^a – Transferência de propriedade

1. Com a declaração de aceitação, ocorre a transferência da posse e da propriedade do bem para a DRC-Alentejo.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
3. O período de garantia inicia-se na data da aceitação da DRC-Alentejo do bem, nos termos do número seguinte.

Cláusula 44.^a – Garantia

4. Para efeitos de garantia, o adjudicatário deverá assegurar, sem qualquer encargo adicional para a entidade adjudicante, a correção de todos os erros e anomalias detetados, por um período de 3 (três) anos, após a aceitação.
5. O período de garantia inicia-se após a data da aceitação do bem objeto do contrato.